

# A GUERRA DA ACLAMAÇÃO

Nuno Gonçalo Monteiro

## IMAGENS E QUESTÕES

DESDE A PRÓPRIA ÉPOCA, na qual se desenacdeou um significativo investimento propagandístico, com algum paralelo nos impressos editados pela parte contrária<sup>208</sup>, que a Restauração de 1640 foi objecto de um assinalável esforço de legitimação e difusão. A mais extensa e detalhada narrativa deste acontecimento central da história portuguesa continua a ser a *História do Portugal restaurado* escrita, do ponto de vista dos vencedores, pelo 3.º conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, poucos anos depois do fim do conflito militar que se seguiu à proclamação do 1.º de Dezembro. No entanto, sem que as referências ao tema tenham desaparecido, pois manteve-se sempre como um período fundacional do regime brigantino<sup>209</sup>, ao qual não deixaram de se reportar vários e sucessivos discursos políticos (o pombalino, o liberal, etc.), a verdade é que a renovação do interesse pelo tema e a publicação de novos e significativos trabalhos sobre o mesmo se verificou já nos anos 50 e 60 do século XIX, mais exactamente como reacção nacionalista portuguesa contra possíveis uniões dinásticas dos dois estados peninsulares<sup>210</sup>. Foi então que se criou a Comissão do 1.º de Dezembro de 1640, com vários sucedâneos contemporâneos. No ambiente nacionalista da viragem do século, não só se ampliou o interesse pelo estudo do acontecimento, como o mesmo foi elevado ao estatuto de uma das datas essenciais da afirmação da identidade nacional.

Desde então erigida a par de Aljubarrota em referência emblemática do irredentismo português anticastelhano, a Guerra da Aclamação foi sendo quase sempre interpretada como um testemunho irrefutável e vitorioso da precoce identidade nacional lusa, esmagada e silenciada durante os sessenta negros anos da chamada dominação filipina. Só muito recentemente essa leitura hegemónica começou a ser questionada no plano historiográfico. Os contextos, os móveis e os recursos internos da ruptura política que precipitou a guerra de que nos ocupamos têm, assim, de constituir um primeiro e indispensável tema de reflexão, pois que se sabe, de acordo com a fa-

mosa máxima, tantas vezes citada, que a guerra foi, também neste caso, a política prosseguida por outros meios.

Entretanto, a formulação antes referida carece de uma importante rectificação: é que a fractura entre o endógeno e o exógeno não se apresenta, neste caso, com a aparente limpidez que se pode encontrar, por exemplo, num conflito contemporâneo entre dois estados soberanos por um motivo bem elementar: o reino de Portugal e suas conquistas integravam então, como muitos outros territórios com diversos estatutos, uma «monarquia composta»<sup>211</sup>, concretamente, a monarquia católica dos Habsburgos hispânicos. Ou seja, há que situá-la e contextualizá-la no quadro complexo e singular das tensões e equilíbrios em função dos quais se fora construindo a monarquia hispânica. E há que perceber por que razão nos seus inícios os restauradores portugueses eram encarados de fora como um punhado de rebeldes a um soberano até então reputado, quase unanimemente, legítimo.

Acresce que no destino dessa grande potência política da Europa da primeira metade de Seiscentos que era a Monarquia Católica pesavam de forma decisiva os conflitos e as disputas de hegemonia com as suas mais directas rivais e, em particular, com a França. A sorte, bem mais incerta do que as projecções retrospectivas podem deixar entrever, dos «rebeldes portugueses» dependeu de forma decisiva desses outros cenários, não só pelos apoios directos deles recebidos como, sobretudo, pelo facto de terem bloqueado as possíveis respostas de Filipe IV, sucessivamente adiadas, como veremos.

Os recursos próprios e os equilíbrios internos, os apoios externos recebidos e os (limitados) efectivos que se tiveram de confrontar condicionaram decisivamente o curso da guerra, particularmente na sua fase decisiva, ou seja, nos seus últimos dez anos de duração. No entanto, o fluxo dos acontecimentos, a sequência de cada refrega ou batalha, naquilo que teve de peculiar, não pode deixar de merecer a nossa atenção, até porque nunca se poderá considerar redutível às tais condicionantes antes aduzidas. As dimensões propriamente mili-

tares de uma guerra não deverão naturalmente ser, assim, esquecidas.

Por fim, as opções políticas e os actores sociais e institucionais envolvidos na guerra acabaram, necessariamente, por sofrer o impacto do seu potencial transformador. Os resultados finais modificaram e transcenderam as expectativas das quais se partia. E as instituições, os poderes e os equilíbrios sociais no fim do conflito já não coincidiam exactamente com os dos seus momentos iniciais.

## DA POLÍTICA À GUERRA E DA GUERRA À POLÍTICA

NOS SEUS PRIMÓRDIOS, o 1.º de Dezembro de 1640 foi um típico golpe de Estado palaciano, perpetrado por um grupo de algumas dezenas de fidalgos (mais tarde proclamados os Quarenta Restauradores), escrupulosamente executado para tomar conta de uma cidade onde estanciavam apenas algumas centenas de soldados castelhanos e acompanhado de uns poucos assassinatos políticos e de uma célebre defenestração ritual, com outros antecedentes na Europa barroca, que atingiu o símbolo local da administração espanhola do conde-duque de Olivares, Miguel de Vasconcelos,

D. João IV, numa gravura do século XVII.



IOANNES. IV. PORTUGALIAE. RE. X<sup>4</sup>  
*Pius, Inuictus, Libertatis Instaurator*  
*A Jure promotus, A Fortuna exaltatus*  
*Ab hominibus optatus, a DEO immittit assumptus*  
 REGNAT. REGIT. IMPERAT.

secretário de Estado em Lisboa. Acompanhando a vinda para Lisboa do duque de Bragança, por todo o país se foram dando pronunciamentos, designadamente por iniciativa das câmaras, favoráveis à mudança iniciada, ao ponto de cerca de duas semanas mais tarde se poder considerar que praticamente todo o território continental do reino reconhecia a nova situação.

O pronunciamento de Lisboa fora antecedido por um crescendo de tensões, cujos primórdios se poderão situar na ascensão do válido conde-duque de Olivares duas décadas antes, mas que sofreram um indiscutível agravamento nos anos imediatamente antecedentes. As grandes revoltas antiributárias que abrangeram sobretudo mas não só o Sul do reino em 1637 foram, sem dúvida, as dimensões mais visíveis desse fenómeno<sup>212</sup>. Mas a convocação a Madrid de muitos fidalgos portugueses, a supressão do Conselho de Portugal (1639), substituído por juntas, e a tentativa para coagir a nobreza portuguesa a participar na Guerra da Catalunha não terão sido, certamente, menos relevantes. A rede de oposição portuguesa à facção de Olivares, que incluía Diogo Soares em Madrid e Miguel de Vasconcelos em Lisboa, foi-se acentuando até atingir o ponto de ruptura. As bem conhecidas hesitações do duque de Bragança na pacificação das revoltas dos anos antecedentes e na própria aceitação da chefia do movimento só terão sido ultrapassadas quando aos manifestos apoios internos se juntaram as garantias internacionais, designadamente francesas.

Nas cortes convocadas para o ano seguinte e que o reconheceram como rei ir-se-ia esgrimir o discurso legitimador da Restauração, que se pode resumir aqui de forma muito esquemática. Desde logo, a afirmação da legitimidade dinástica da Casa de Bragança em detrimento da de Áustria, reforçada pelo facto do Bragança ser «rei natural». Mas também o argumento da «tirania», a acusação dirigida aos Habsburgos espanhóis de que teriam posto em causa o estatuto autónomo e intocável do reino reconhecido por Filipe II nas Cortes de Tomar de 1581.

Em detrimento de uma leitura nacionalista dominante até há alguns anos do fenómeno da Restauração, a historiografia recente, com especial destaque para Fernando Bouza<sup>213</sup> e António Hespanha<sup>214</sup>, tem acentuado nas suas interpretações da Restauração de 1640, nomeadamente quanto aos seus móveis e às suas etapas iniciais, a dimensão de restauração constitucional. Defende-se, assim, a ideia de que no seu despoletar pesou primordialmente a intenção de defender as instituições tradicionais do reino, atacadas pelo reformismo da política do conde-duque de Olivares (reinado de Filipe III de Portugal, IV de Espanha,